



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
18º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO

PROVA ESCRITA ESPECÍFICA – 19.09.2021

DIREITO ADMINISTRATIVO

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS, MENCIONANDO-SE,
SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

1ª Questão (20 pontos)

O Governador do Estado consulta a PGE sobre: (a) a possibilidade de conferir o exercício do poder de polícia a entidade da Administração Pública indireta, atribuindo-lhe poderes para licenciar, fiscalizar e aplicar sanções; (b) a aplicabilidade do art. 3º, incisos I e IX, da Lei federal nº 13.874/2019 à Administração Pública estadual.

Na qualidade de Procurador do Estado, oriente o gestor público sobre as possibilidades, limites e requisitos a serem observados em relação à consulta formulada.

2ª Questão (20 pontos)

Empresa estatal pretende firmar parceria estratégica com vistas a celebrar contrato de encomenda tecnológica com sociedade empresária para desenvolver vacina voltada ao combate da Covid-19. Entretanto, o órgão interno de controle da empresa estatal elaborou parecer prévio apontando alguns aspectos que deveriam ser considerados pelo gestor, a saber: (a) a cláusula de alocação de riscos atribui a maior parte do risco tecnológico ao ente público, alertando sobre violação ao princípio da economicidade e ao próprio interesse público; (b) o contrato de encomenda tecnológica não tem previsão legal; (c) existe contrato em vigor com entidade pública de pesquisa para o desenvolvimento da vacina, não sendo lícito promover nova contratação com o mesmo objeto; (d) o contrato admite a prorrogação mesmo na hipótese de não ter sido alcançado o resultado desejado, o que violaria o princípio da eficiência. O gestor, na sequência, indaga à PGE se deve acatar os apontamentos do órgão de controle interno.

3ª Questão (20 pontos)

O Estado, por intermédio da PGE, inicia tratativas com sociedade empresarial de construção civil com vistas à celebração de acordo de leniência. As condutas ilícitas admitidas pela



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
18º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO

PROVA ESCRITA ESPECÍFICA – 19.09.2021

DIREITO ADMINISTRATIVO

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS, MENCIONANDO-SE,
SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

empresa consistiram em ter, no ano de 2017, atuado em conluio com concorrentes e pago propinas a agentes públicos estaduais para fraudar processo licitatório e ter a si adjudicado o contrato de construção de infraestrutura de grande monta. A empresa nega a existência de irregularidades na execução do contrato.

Antes da assinatura do acordo, o Tribunal de Contas do Estado conclui julgamento de processo de controle no qual apurou e imputou à referida empresa débito da ordem de R\$ 1 bilhão de reais, decorrente de superfaturamento de itens utilizados na execução do referido contrato. A empresa, então, ajuíza ação anulatória da decisão da Corte de Contas. Recebida a citação pela PGE, o Procurador-Geral direciona consulta nos seguintes termos:

- Considerando a natureza das condutas confessadas pela empresa, quais são as obrigações de pagamento que podem ser a ela imputadas no acordo a ser firmado?
- Diante da decisão do Tribunal de Contas e da negativa da empresa em acatá-la, é possível prosseguir-se com a negociação e celebração do acordo de leniência nas bases originalmente previstas?
- Em qualquer caso, pode a PGE atuar na defesa judicial da decisão do Tribunal de Contas?

Na qualidade de Procurador do Estado, opine fundamentadamente.

4ª Questão (20 pontos)

Estado da federação candidata-se para sediar o campeonato mundial de futebol feminino, sagrando-se, ao final, vencedor.

Para tanto, foi aprovada lei ordinária pelo Poder Legislativo estadual que, entre outros aspectos regulatórios, dispôs que o Estado assumirá os efeitos da responsabilidade civil perante a federação mundial de futebol feminino que organizará o torneio, seus representantes legais, apoiadores, empregados ou consultores por todo e qualquer dano resultante ou que tenha surgido em função de qualquer evento danoso relacionado ao torneio, e que a prescrição, na hipótese, seria de 6 (seis) anos contados da ciência do evento.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
18º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO

PROVA ESCRITA ESPECÍFICA – 19.09.2021

DIREITO ADMINISTRATIVO

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS, MENCIONANDO-SE,
SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

A empresa de bebidas ABC, patrocinadora master do evento, com fundamento no artigo 37, § 6º da CRFB/88, ajuíza ação indenizatória em face do Estado cinco anos e três meses após o fim do campeonato mundial, reclamando perdas e danos em razão de prejuízos decorrentes de “marketing de emboscada” realizado por empresa concorrente, afirmando que perdeu a chance de obtenção de maior lucratividade. Na qualidade de Procurador do Estado, analise a viabilidade jurídica da ação e explore as defesas do Estado.

5ª Questão (20 pontos)

No início da década de 1980, o Estado desapropriou imóvel para a construção de equipamento esportivo. Depois de pronto, esse equipamento foi transferido à gestão de autarquia estadual destinada ao fomento da prática desportiva. Ali passaram a ser regularmente realizadas competições esportivas. Em 1987, após crise financeira que comprometeu manutenção do equipamento, a Administração Estadual, sem licitação, permitiu o uso do imóvel a particular, com a contrapartida da execução das obras de reforma e manutenção do bem, pelo prazo de quinze anos. Encerrado o prazo, a empresa teve a sua permanência no bem prorrogada por mais dez anos. Nessa ocasião, a empresa beneficiária firmou contratos com restaurantes, empresa de estacionamento e uma casa de shows para a exploração, mediante o pagamento de aluguel, de espaços no referido equipamento. Finalmente, em 2018, um novo Governador questiona a Procuradoria acerca da juridicidade dos atos praticados. Pede ainda que, sendo o caso, aponte os atos e eventuais medidas necessárias para que o bem possa retornar à gestão da autarquia estadual. Pede-se, inclusive, que seja enfrentada a questão dos terceiros ocupantes do imóvel e dos investimentos e obras que, eventualmente, efetuaram, bem como as chances de êxito de sua eventual resistência. Como Procurador do Estado, opine fundamentadamente.